



APROVADO POR *DT*  
*Unanimidade*

Em 19/06/19

COMISSÃO PERMANENTE  
DE DIREITO EMPRESARIAL

INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS  
COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITO EMPRESARIAL

PARECER

1. **Ementa:** *Projeto de Lei do Novo Código Comercial. Apreciação Parcial. Parte Geral. Livro II. Da pessoa do Empresário. Análise do Alcance do Código e do impacto das alterações e revogações. Sugestões de alterações.*

2. **RELATÓRIO**

2.1 **COMENTÁRIOS GERAIS**

2.1.1 Trata-se de parecer elaborado acerca do Projeto do novo Código Comercial, notadamente do Livro II – Da pessoa do empresário (artigos 34 a 65), Título I – Do conceito e registro do empresário. Capítulo I – Do Conceito. Artigos 34 a 38. Capítulo II – Do Registro Público de Empresas. Artigos 39 a 43. Seção II – Do registro de empresário e seu cancelamento. Artigo 44.

2.1.2 É o relatório. Passemos a opinar, trazendo reflexões doutrinárias quando se fizerem necessários.

3. **COMENTÁRIOS GERAIS SOBRE A VISÃO DO NOVO EMPRESÁRIO**

Diferentemente da atual abordagem no Código Civil de 2002, o Projeto de Lei pretende, em capítulos separados, conceituar a pessoa do empresário e a atividade empresária (empresa).

A nova visão firma o entendimento atual com maior simplicidade. Nesse seguir, pretende o Projeto propor, inovando, o instituto do regime fiduciário, no qual o empresário individual (pessoa natural) afeta seu patrimônio em fidúcia a empresa.



No mais, simplifica o procedimento, tendo em vista que retira a obrigatoriedade de integralização do valor não inferior a 100 (cem) vezes o maior salário – mínimo vigente do País.

#### **4. COMENTÁRIOS GERAIS SOBRE O REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS**

A redação do frontispício do Capítulo II não deixa dúvidas. Muito embora destinado a registrar atividades ligadas, maiormente, à iniciativa privada, função do registro dos referidos fenômenos é público.

E é público não somente em contraposição a sigiloso. É público também porque trata-se de um verdadeira competência da Administração Pública.

Por outro lado, cotejando a redação do referido Capítulo II do Projeto com o do Título I da Lei 8934/94, verifica-se que esta apresenta uma redação mais completa. Enquanto o projeto fala em Do Registro Público de Empresas, a Lei 8934/94 menciona Do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.

#### **5. COMENTÁRIOS GERAIS SOBRE A EVOLUÇÃO DA PESSOA DO EMPRESÁRIO**

Pretende o Projeto de Lei nº 487 de 2013, de autoria do Senador Pedro Chaves, a reforma do Código Comercial. Inicialmente, far-se-á necessário breve embasamento teórico e doutrinário do conceito evolutivo do empresário.

Tem-se por objetivo, este parecer, frisar a importância da empresa para a economia do mercado, aumento de riquezas e trabalho.

O Direito Empresarial é estudado sob três fases, as chamadas fases evolutivas, quais sejam: a) Sistema das Corporações de Ofício; b) Teoria dos Atos de Comércio; e c) Teoria da Empresa. A primeira fase, chamada de Sistema das Corporações de Ofício, teve



sua origem na Idade Média, onde não existia divisão entre o Direito Civil e o Direito Comercial.

Nessa fase, considerava-se comerciante aquele que era filiado a classe dos comerciantes. O registro era de natureza constitutiva. Poder-se-ia dizer que esse sistema era restritivo, ou seja, aquele que estava devidamente matriculado tinha proteção da legislação comercial, com juízes e tribunais especializados.

Em segundo momento, surge a Teoria dos Atos de Comércio, que tem como base o Código Napoleônico e foi adotada pelo Código Comercial Brasileiro de 1850. Entendia-se que para ser comerciante bastava que praticasse atos de comércio, excluindo-se a obrigatoriedade de inscrição em classe. Todavia, esse novo cenário havia a exclusão de certas profissões, como por exemplo, prestador de serviço, que não estava descrito no Regulamento nº 737 de 1850.

A Teoria da Empresa, descrita no atual Código Civil de 2002, ingressou ao ordenamento jurídico e conceituou a figura do empresário e da empresa. Note-se que a vigência do atual Código Civil revoga o antigo Código Comercial no que tange a primeira parte.

O artigo 966 do Código Civil inclui o prestador de serviço, mas traz certa restrição quanto aos profissionais liberais. Dentro deste artigo o Código Civil não traz o conceito expresso de empresa, mas sim de empresário, como sendo aquele que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

Nesse sentido, poder-se-ia conceituar empresa como atividade economicamente organizada pelo empresário, exigindo os fatores de produção (capital, trabalho, tecnologia e insumo) através do estabelecimento empresarial.

Em paralelo ao estudo do Projeto de Lei nº 487, com a reforma do Código Comercial, destinar-se-á capítulos separados para tratamento da pessoa do empresário e da empresa. Enxerga-se tal modificação de forma positiva, tendo em vista que o novo código simplificará a definição e, também conceituará a atividade empresária.



Faz-se necessário a conceituação da pessoa do empresário, pois este poderá postular o instituto da recuperação judicial ou ter sua falência decretada. Observa-se que tanto no atual Código Civil de 2002 quanto no Projeto de Lei o empresário é a pessoa natural ou pessoa jurídica (sociedade empresária). O instituto da recuperação judicial ou falência é direcionado à empresa (atividade) e não à pessoa do empresário.

Quando a atividade empresária é exercida na forma coletiva considerar-se-á sociedade ou EIRELI. No atual cenário, o Código Civil de 2002 destina Título expresso para tratamento da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, a EIRELI, e determina a integralização do capital social não inferior a 100 (cem) vezes o maior salário mínimo vigente.

No Projeto de Lei nº 487 não haverá obrigatoriedade da integralização do capital social no valor descrito, inovando-se com o empresário individual em regime fiduciário. Considera-se desburocratiza para a constituição da empresa individual de responsabilidade limitada.

Quanto aos profissionais liberais, descritos atualmente no parágrafo único do artigo 966 do Código Civil, aos que exercem atividade intelectual de natureza científica, artística e literária em regra não são considerados empresários, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa. O Projeto de Lei mantém tal previsão.

A legislação atual abarca algumas espécies de empresas e, com isso, não são considerados como empresários, por exemplo, sociedades cooperativas, associações civis, empresários rurais (com ressalva), profissionais de natureza intelectual e sociedade de advogados.

A sociedade cooperativa, citada no atual Código Civil de 2002, rege-se a partir do artigo 1.093 com algumas ressalvas de aplicabilidade em legislação especial. O Projeto de Lei do novo Código Comercial pretende chama-la de não empresária e aplica-la por legislação especial.

Ponto a ser debatido e sugerido para exclusão do projeto, entende-se que a sociedade cooperativa dever-se-ia ter tratamento igualitário ao empresário rural,



facultando-se o registro da sociedade e, possibilitando faz jus ao benefício da recuperação judicial e da falência.

Ressalta-se, ainda, que a sociedade cooperativa terá tratamento no Capítulo referente à Recuperação Judicial.

No que tange a capacidade ao exercício da atividade é sabido que a pessoa natural que exerce atividade empresarial tem idade mínima de 16 anos completos. E, a partir dessa idade, pode ocorrer a emancipação.

Anota-se que não há ressalva de incapacidade ou idade mínima para dar continuidade a empresa. Noutras palavras, tanto o incapaz quanto o menor de 16 anos podem dar continuidade a empresa.

Quando a lei traz expressa previsão da pessoa do incapaz há de se registrar a necessidade de autorização judicial, tendo em vista as circunstâncias e riscos existentes.

Pontua-se que essa autorização é considerada precária, pois pode ser revista pelo juiz a qualquer tempo. Para tanto, far-se-á necessário a elaboração de inventário com o fim de que esses bens não sejam afetados em caso de recuperação judicial ou falência.

O empresário casado pode alienar sem a necessidade de outorga conjugal, independentemente do regime de bens, os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.

O Projeto do novo Código Comercial não traz novidades legislativas quanto a capacidade do empresário ou do empresário casado.

Diante do exposto, sugere-se as seguintes alterações legislativas:

## **5. COMPENTÁRIOS ESPECÍFICOS DOS ARTIGOS DO PROJETO DE LEI**

### **5.1 – ARTIGO 34 PARÁGRAFO 3º**



PROJETO DE LEI Nº 487/2013	PROPOSTA DE TEXTO REVISADO
§3º. A sociedade cooperativa não é empresária e rege-se exclusivamente pela legislação especial.	

**COMENTÁRIOS:**

Sobre o preceito a mesma observação já está referente no Capítulo de Recuperação Judicial. Desta forma, sugerimos a exclusão no Projeto.

**5.2 – ARTIGO 41**

PROJETO DE LEI Nº 487/2013	PROPOSTA DE TEXTO REVISADO
Art. 41. O processo em exigência, no Registro Público de Empresas, deve ser restituído completo ao interessado, sendo vedado, neste caso, qualquer registro, averbação, assentamento ou outra informação sobre a existência do requerimento, bem como a expedição de certidão.	<p>Art. 41 O processo em exigência, no Registro Público de Empresas, deve ser restituído completo ao interessado.</p> <p>I – na hipótese do caput, será vedado ao interessado qualquer registro, averbação ou assentamento acerca do que foi objeto do requerimento originário;</p> <p>II – também será vedada qualquer informação sobre a existência do requerimento, bem como a expedição de certidão, salvo se o terceiro juridicamente interessado fizer prova, perante a Junta Comercial, da</p>



	<p>ilegalidade de propósitos do conteúdo do requerimento de registro de que trata o presente artigo.</p> <p>Parágrafo 1º. Nos casos do inciso II acima, o requerente originário será notificado para, se desejar, contraditar as alegações do terceiro juridicamente interessado, em 15 (quinze) dias a contar do recebimento da notificação.</p> <p>Parágrafo 2º . Após escoado o prazo para contradita, feita esta ou não, a Junta Comercial decidirá fundamentadamente pela expedição ou não da certidão solicitada pelo terceiro juridicamente interessado.</p>
--	---

#### **COMENTÁRIOS:**

A medida acima prevista cuida mais do modus operandi nos casos de exigência. Os autos, com as exigências, serão entregues ao interessado (ou seja, ao requerente do registro), para que ele providencie o cumprimento das referidas exigências. A medida é salutar, contribuindo para a desburocratização da atividade.

Sobreleva mencionar que, para evitar expedientes fraudulentos, o Projeto proíbe, em tal situação qualquer registro, averbação, assentamento referente ao respectivo requerimento de registro.



Interdita ainda que haja qualquer outra informação sobre a existência do requerimento ou expedição de certidão acerca do tema.

A redação é sofrível, porque as duas proibições tem destinação distintas.

Esta última, aparentemente, rege-se pela lógica de que, tendo em mãos os próprios autos do requerimento de registro, não há a mínima necessidade de o interessado solicitar a expedição de certidão acerca da existência de seu requerimento.

Por outro lado, é de se ver que não somente o requerente pode ter interesse jurídico em tal certidão, mas também terceiros. Por isso, pelo menos, a primeira vista, deve ser interpretada a vedação com as devidas cautelas.

Pode ocorrer, por exemplo, que o requerimento eventualmente em questão tenha como finalidade fraudar ou violar direitos de outrem, sem que tal intenção tenha ainda sido percebida pela Junta Comercial.

Assim, um terceiro que venha a ter notícia oficiosa de tal requerimento pode, sim, ter interesse em verificar o conteúdo do requerimento.

Diante da redação proposta, somente por determinação judicial se poderá realizar tal acesso.

Por isso que sugerimos alteração no dispositivo no que respeita a este particular. Com essas alterações, julgamos, data vênia, estarem resguardados os princípios que regem o registro mercantil, bem como os da boa fé, probidade, ampla defesa, que também regem nosso ordenamento.

### 5.3 – ARTIGO 42





PROJETO DE LEI Nº 487/2013	PROPOSTA DE TEXTO REVISADO
Art. 42. O arquivamento e demais atos de registro praticados pelo Registro Público de Empresas só podem ser cancelados: I – por ordem judicial; ou II – administrativamente, a pedido da vítima, para evitar ou cessar os efeitos de prática criminosa.	O arquivamento e demais atos de registro praticados pelo Registro Público de Empresas só podem ser cancelados: I – por ordem judicial; ou II – administrativamente, a pedido de terceiro juridicamente interessado, para evitar ou fazer cessar efeitos de prática ilícita.

#### COMENTÁRIOS:

O preceito é profilático, dizendo, no inciso I, o que resta óbvio, diante dos poderes atribuídos ao Poder Judiciário. Quanto ao inciso II, está de acordo com a proteção da função do registro empresarial, no sentido de não poder ser meio para prática de atos ilícitos.

No entanto, é de se ver que o prefalado inciso II tem uma redação por demais “fechada”. A vítima mencionada tem legitimidade para solicitar o cancelamento para evitar ou cessar os efeitos de prática criminosa.

O ideal seria a substituição da palavra “criminosa” para “ilícita”. Ora, nem tudo que é ilícito é criminoso. Portanto, estar-se-ia forçando a um terceiro sempre a recorrer ao Judiciário para solicitar cancelamento nos casos de práticas.

Por outro lado, a palavra “vítima” pode causar uma série de discussões. Quiçá melhor a expressão “terceiro juridicamente interessado”.

Daí que, inspirado nas mesmas motivações de nossas sugestões com relação ao artigo anterior.

Com essas alterações, julgamos, data vênua, estarem resguardados os princípios que regem o registro mercantil, bem como os da boa fé, probidade, ampla defesa, que também regem nosso ordenamento.



#### 5.4 – ARTIGO 43

PROJETO DE LEI Nº 487/2013	PROPOSTA DE TEXTO REVISADO
Art. 43. Qualquer pessoa, desde que inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, pode notificar a Junta Comercial do Estado do respectivo domicílio, para que não se realize nenhum arquivamento de que conste o seu nome sem a firma autenticada.	Qualquer pessoa, desde que inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, pode notificar qualquer Junta Comercial, para que não se realize nenhum arquivamento de que conste o seu nome sem a firma autenticada.

#### COMENTÁRIOS:

A cabeça do art. 59 pode causar algumas perplexidades, ao mencionar apenas a Junta Comercial do Estado do respectivo domicílio da pessoa física. Verdade é que, pela lógica do razoável, tal expediente pode ser adotado pelo interessado em relação a qualquer Junta Comercial no Brasil.

Portanto, o caput poderia ser melhorado se fosse expresso no sentido de possibilitar tal medida para toda e qualquer Junta Comercial, sem a restrição ilógica feita.

Ainda remetemos o leitor aos comentários ao parágrafo 4º, mais adiante.

#### 5.5 – ARTIGO 43 PARÁGRAFOS 3º e 4º



PROJETO DE LEI Nº 487/2013	PROPOSTA DE TEXTO REVISADO
<p>§ 1º. Para produzir os efeitos deste artigo, a notificação deve conter a completa qualificação do notificante, incluindo o número da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda.</p> <p>§ 2º. O interessado especificará, na notificação, se o reconhecimento de sua firma deverá ser por semelhança ou autenticidade.</p>	<p>§ 2º. O interessado especificará, na notificação, se o reconhecimento de sua firma deverá ser por semelhança ou autenticidade, bem como em que entidade(s) federativa(s) que ver vigente o conteúdo de sua notificação.</p>

**COMENTÁRIOS:**

Seguindo a lógica de nossas sugestões ao presente preceito, cremos que o parágrafo 2º ficaria melhor redigido desta forma.

**5.6 – ARTIGO 43 PARÁGRAFOS 3º e 4º**

PROJETO DE LEI Nº 487/2013	PROPOSTA DE TEXTO REVISADO
<p>§ 3º. O recebimento da notificação pela Junta Comercial importará a nulidade e imediata ineficácia, em juízo ou fora dele, de todos os negócios e atos arquivados após a hora do protocolo sem o reconhecimento de firma do notificante.</p>	



§ 4º. A Junta Comercial notificada deve, nas vinte e quatro horas seguintes, informar as demais Juntas Comerciais.

#### COMENTÁRIOS:

O parágrafo 4º em comento responsabiliza a Junta Comercial notificada no sentido de informar às demais Juntas Comerciais acerca da notificação recebida. Em relação a isso não há críticas.

No entanto, em tendo o parágrafo 3º instituído prazo de 24 (vinte e quatro) horas para que a Junta notifica informe as demais, sugerimos a seguinte redação para o parágrafo 4º.

Entretanto, e complementando nossos comentários feitos ao caput, é de se ver que não necessariamente o interessado quer proibir o registro de atos sem sua firma reconhecida no seu domicílio, mas sim em outra(s) entidade(s) federativa(s). Por isso a sugestão feita ao caput.

47. Entretanto, e complementando nossos comentários feitos ao caput, é de se ver que não necessariamente o interessado quer proibir o registro de atos sem sua firma reconhecida no seu domicílio, mas sim em outra(s) entidade(s) federativa(s). Por isso a sugestão feita ao caput.

#### 5.7 – ARTIGO 44

PROJETO DE LEI Nº 487/2013	PROPOSTA DE TEXTO REVISADO
Art. 44. A inscrição no Registro Público de Empresas de empresário	Art. 44. A inscrição no Registro Público de Empresas de empresário



<p>individual será feita por meio eletrônico, com a assinatura certificada na forma da legislação específica de assinatura eletrônica.</p> <p>Parágrafo único. A inscrição do microempreendedor individual estará dispensada de assinatura digital.</p>	<p>individual será feita por meio eletrônico, com a assinatura certificada na forma da legislação específica de assinatura eletrônica, observadas as regras, quanto ao registro, dos arts. 967 a 970 do Código Civil.</p> <p>Parágrafo único. A inscrição do microempreendedor individual estará dispensada de assinatura digital.</p>
---	--

#### COMENTÁRIOS:

O preceito cuida da inscrição no RPE (Registro Público de Empresas) do empresário individual.

No que concerne a empresário, sabe-se que o artigo 966 do Código Civil de 2002 definiu o empresário como aquele que “exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços”. O dispositivo legal faz referência ao empresário no sentido lato, ou seja, compreendendo o empresário individual (antigo comerciante individual) e o empresário coletivo (sociedades empresárias).

O empresário individual pode optar por empreender como pessoa física ou pode resolver constituir pessoa jurídica para tanto. Neste caso teremos uma sociedade empresária.

O empresário individual exerce a atividade empresarial em nome próprio, não havendo a presença de pessoa jurídica, como dito, na forma do art. 966 do Código Civil (Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços).



O atual Código Civil entabula regras para o registro do empresário individual. O art. 967 estabelece a obrigatoriedade da inscrição do empresário individual pessoa física no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início da atividade.

Já o art. 968 do CC assim estatui:

Art. 968. A inscrição do empresário far-se-á mediante requerimento que contenha:

I - o seu nome, nacionalidade, domicílio, estado civil e, se casado, o regime de bens;

II - a firma, com a respectiva assinatura autógrafa que poderá ser substituída pela assinatura autenticada com certificação digital ou meio equivalente que comprove a sua autenticidade, ressalvado o disposto no inciso I do § 1º do art. 4º da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006; (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

III - o capital;

IV - o objeto e a sede da empresa.

§ 1º Com as indicações estabelecidas neste artigo, a inscrição será tomada por termo no livro próprio do Registro Público de Empresas Mercantis, e obedecerá a número de ordem contínuo para todos os empresários inscritos.

§ 2º À margem da inscrição, e com as mesmas formalidades, serão averbadas quaisquer modificações nela ocorrentes.

§ 3º Caso venha a admitir sócios, o empresário individual poderá solicitar ao Registro Público de Empresas Mercantis a transformação de seu registro de empresário para registro de sociedade empresária, observado, no que



couber, o disposto nos arts. 1.113 a 1.115 deste Código.

(Incluído pela Lei Complementar nº 128, de 2008)

§ 4º O processo de abertura, registro, alteração e baixa do microempreendedor individual de que trata o art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, bem como qualquer exigência para o início de seu funcionamento deverão ter trâmite especial e simplificado, preferentemente eletrônico, opcional para o empreendedor, na forma a ser disciplinada pelo Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - CGSIM, de que trata o inciso III do art. 2º da mesma Lei. (Incluído pela Lei nº 12.470, de 2011)

§ 5º Para fins do disposto no § 4º, poderão ser dispensados o uso da firma, com a respectiva assinatura autógrafa, o capital, requerimentos, demais assinaturas, informações relativas à nacionalidade, estado civil e regime de bens, bem como remessa de documentos, na forma estabelecida pelo CGSIM. (Incluído pela Lei nº 12.470, de 2011)

A regulamentação do registro prevista no Código Civil é muito mais completa do que no projeto em análise, como se pode ver.

Aparentemente, não há contradições, eis que o projeto limita-se a dizer que a inscrição no Registro Público de Empresas de empresário individual será feita por meio eletrônico, com a assinatura certificada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

O caput do art. 60 do projeto cuida apenas de complementar as disposições do Código Civil.

Por outro lado, o parágrafo único do art. 60 do projeto determina que a inscrição do microempreendedor individual estará dispensada de assinatura digital.



A disposição está em consonância com o art. 970 do Código Civil que determina que a lei assegurará tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao empresário rural, e ao pequeno empresário, quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes.

Está ainda de acordo com o parágrafo 4º bem como o parágrafo 5º do art. 958 do Código Civil.

A crítica, outrossim, fica por conta da técnica legislativa. O espriamento de disposições sobre o mesmo tema em 03 (três diplomas legislativos (Código Civil, Lei Complementar 123/06 e Código Comercial) não somente dificulta a interpretação das normas como pode trazer um certo grau de insegurança jurídica, o que é sempre absolutamente indesejável, inclusive em relações empresariais, cuja rapidez não se compadece com dúvidas de natureza burocrática.

Assim, sendo, recomendamos que a redação, ao menos do Código Comercial faça remissão aos preceitos do Código Civil, para evitar interpretações que trouxessem dúvidas e insegurança jurídica

## 6. CONCLUSÃO

O supracitado projeto de lei tem constitucionalidade, visto que a matéria é de competência da União, conforme previsto no artigo 22, inciso XXV da CRFB/88, e por ela está sendo tratadas. No mais, o disposto na Lei Complementar nº 95/98, artigo 7º, trata sobre os requisitos para elaborar as leis; e segue ao devido processo legislativo nas respectivas Casas do Congresso Nacional.

Projeto de Lei tem por objetivo a aplicação legislativa nas relações comerciais empresarias, trazendo autonomia ao Direito Empresarial e, deixando o Código Civil para regulamentar relações entre os particulares; o Código de Defesa do Consumidor para relações entre consumidor e empresário e a CLT para relações empregatícias, independente de ser ou não empresário.





Ao examinar e explicar a matéria, propostas de alterações e revogações, o novo Código Comercial atende o objetivo de harmonização e evolução da pessoa do empresário, possibilitando maior acesso a sua constituição.

Nesse sentido, verifica-se que a mens legis foi alcançada, e que proporcionou ao operador do direito a linguagem clara, concisa e precisa da pessoa do empresário. Alguns dispositivos inovadores têm por finalidade adequar-se a nova realidade e aproximar a segurança jurídica nas relações empresariais.

Finalmente, contenta-se pela aprovação do Projeto com as ressalvas e sugestões expedidas neste Parecer que se soma aos já expedidos pela presente Comissão.

Rio de Janeiro, 06 de Junho de 2019.

**Pedro Teixeira**

**Társis Nametala Jorge**

Membros da Comissão de Direito Empresarial

**Gustavo Banho Licks**

Membro da Comissão de Direito Empresarial da OAB/RJ